



<https://congresso.ufabc.edu.br/2022/>

Mesa 02 – Políticas institucionais de enfrentamento às desigualdades de raça e gênero

Relator/a: Natália Gil

Data: 08/11/2022

Participantes: Eleonora Menicucci (Profa. Titular Sênior da UNIFESP e Profa. Visitante da UFABC)

Mediação:

Bruna Mendes de Vasconcellos (Profa. da UFABC e uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos de Gênero Esperança Garcia – NEG/ UFABC)

Regimeire Oliveira Maciel (Profa. da UFABC e coordenadora do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFABC)

Link Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=A2B7Qhe3LV8&t=3s>

I - Questões geradoras da mesa:

A presente mesa teve como objetivo sistematizar reflexões sobre as iniciativas de combate às desigualdades estruturais de raça e gênero na sociedade brasileira, com o propósito de subsidiar a formulação de políticas institucionais de enfrentamento dessas desigualdades que deverão constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC.

II - Síntese das contribuições dos/(as) participantes:

Eleonora Menicucci destaca a importância de incluir no PDI da Universidade as temáticas de classe, gênero e raça na perspectiva de romper com as desigualdades. Ressalta que não existe democracia em qualquer âmbito, em especial numa instituição autárquica, sem levar em consideração essas dimensões estruturantes da sociedade. Afirma ser necessário pensar uma universidade para a igualdade em todas as esferas. Ressalta que para a manutenção da democracia deve-se pressupor a igualdade, não sendo isso possível sem a maioria da



população, composta de mulheres, as quais devem ser consideradas como sujeito de direito na teoria e na prática.

Aponta, ainda, que a categoria classe não é algo abstrato, portanto, não deve ser considerada sem avaliação sobre as especificidades que a transpassa (etnia, idade, orientação sexual) e a invisibilidade nessas condições para a exploração do trabalho. Salienta que as mulheres são 52% da população, além de genitoras da outra metade. O feminismo negro teria desvelado essa exploração que existe no Brasil desde a abolição. Destaca como este foi um processo que não garantiu condições no mercado de trabalho para as ex-escravizadas serem inseridas. Nessa perspectiva, nessa interconexão entre classe e raça, o feminismo negro e o movimento negro desvelaram essa questão da escravidão porque essa é a dívida que se tem com a população negra, esse laço com o passado permanece e acontece ainda dentro das próprias casas das mulheres negras. Por isso, diz defender as cotas como fundamentais para reparação histórica.

Conferindo relevância ao papel da extensão, Eleonora traça como necessárias duas saídas: 1. Institucionalizar com recursos próprios, financeiros e humanos, os Núcleos de Gênero e de Relações Raciais para que tenham garantia de continuidade e que não fiquem atrelados ao interesse e à disponibilidade daqueles docentes interessados em fazer extensão. Defende que esses Núcleos devem estar ligados à Pró-reitora e sejam garantidos em todas as áreas. Refere que toda área precisaria ter um Núcleo de Pesquisa de Gênero, incluindo, a Pró-reitoria de graduação e o corpo administrativo; 2. Salientou que a extensão precisaria ser instituída a partir do currículo para ser valorizada, a fim de que todos os docentes desenvolvam programas de extensão; 3. Que também devem ser instituídos Núcleos que comportem igualdade na diversidade, articulados com a temática LGBTQIAP+.

Na sequência, a mediadora Profa. Regimeire, propôs como caminho de sua exposição, mostrar o histórico de ações voltadas à temática da questão racial dentro da UFABC, procurando citar os avanços e os desafios.

Sobre o que foi produzido nos últimos 15 anos de Universidade, a Profa. Regimeire elencou, primeiramente, a disciplina de estudos étnicos raciais no Bacharelado de Ciências e Humanidades (BCH) que procurou responder à Lei 10.639, para que questões africana e afro-brasileira aparecessem de forma mais sistemática nos cursos. Reforçou que, embora a Universidade tenha já surgido com ações afirmativas, obtendo destacado pioneirismo na temática, ainda assim, foi



necessário dar legitimidade a partir das demandas dos estudantes e professores que se mobilizaram junto aos coletivos estudantis e mencionou como referência desse processo o Coletivo Negro Vozes.

A UFABC, logo de início, procurou dar prioridade à contratação por concursos de pessoas especializadas em relações raciais. Em 2016, aconteceu um dos primeiros concursos voltados a especialistas docentes em relações étnico raciais no país. A Profa. Regimeire frisou a necessidade de ações de reconhecimento do racismo na instituição e que sua identificação é tão relevante quanto tomar ações de reparação. Tal conduta significa mexer com as condições de distribuição de poder dentro da Universidade.

A institucionalização do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da UFABC, que a Profa. representa, foi sendo constituído ao longo de 30 anos de história e sustentado por redes de apoio entre Núcleos, citando como referência, por exemplo, Prof. Paulo Neves. A própria Profa Regimeire afirmou ser oriunda do NEAB/Maranhão e veio constituir o presente NEAB-UFABC em 2017.

Destacou que o NEAB e o Núcleo de Estudos de Gênero teriam perfis semelhantes de atuação por encaminharem tanto demandas acadêmicas e científicas quanto proposições de envergadura política importantes. Elencou como atuações a ampliação das disciplinas étnico raciais para a formação de docentes e sua incorporação dentro da Graduação de Ciências e Humanidades. Procurou enfatizar essa conquista como um dos passos institucionais necessários, mas que deve ainda ser constantemente pensada em como essa, de fato, impacta em mudanças de comportamento. Reforçou que essa disciplina passou a fazer parte das licenciaturas interdisciplinares que a aprovaram como obrigatória logo no ingresso na UFABC. Como desdobramento dessa perspectiva, ocorreram duas ações: a ampliação de oferta de disciplinas étnico-raciais incorporadas no projeto pedagógico e na formação docente e, ainda, a garantia das reservas de cotas nos programas de pós-graduação da UFABC para negros, indígenas e pessoas com deficiência. Lembrou que em 2019 a NEAB começou em diálogo sobre a reserva de vagas para indígenas e negros, fruto do debate no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEP). Em 2020, esse acúmulo ficou retraído e perdeu o ritmo. Mas, redefinida a necessidade de ampliação desse debate na pós graduação, essa pauta foi retomada em 2021. Este debate, neste retomar, foi alargado para incluir pessoas trans, quilombolas e refugiadas ou em situação de refúgio. Ressaltou que, atualmente, na UFABC, todos programas de pós-graduação tem reserva de vagas.



Na última fala da mesa, a Profa. Bruna começou enaltecendo o NEAB como principal referência para a organização do Núcleo de Estudos de Gênero. Esse como precursor nesse caminho de mapear as estruturas e depois propor mudanças. Ressaltando isso, lembrou que o primeiro passo foi em 2016 e 2017 quando a UFABC se tornou signatária do Pacto Universitário de Respeito à diversidade, cultura de Paz e Direitos Humanos (2016). Tal articulação promovida numa ação entre Ministérios pensava sobre as implicações das instituições com os Direitos Humanos e a violência de gênero em especial. Constituída a Coordenação de Direitos Humanos, foram envolvidos o quadro técnico e os movimentos estudantis para a construção de um plano de trabalho. Por seguinte, dois grupos surgiram pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConSEPE): um de questões institucionais e o outro um Grupo de Trabalho GT de representações de gênero. Esses tinham como objetivo realizar o diagnóstico da desigualdade dentro da instituição. Este grupo de trabalho, voltando-se para a temática de violência de gênero, mapeou as violências institucionais. Foram produzidos relatórios que apontaram políticas que poderiam ser implementadas pela instituição por meio de um plano de trabalho. A Profa. Bruna ressaltou que algumas foram adiante, outras não. Dentre as que prosseguiram:

1. Concursos docentes específicos para área de gênero a partir dos quais ela mesma e Mariana Sombrio tiveram entrada para a UFABC. Primeiro foi para área de Epistemologia, Ciência e Gênero (2018);

2. A ampliação de concursos para o Departamento de Ciências Humanas (DCH), CECS - Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e CMCC - Centro de Matemática, Computação e Cognição (2018)

3. Disciplinas com estudos de gênero e disputa para que o Bacharelado de Ciências Humanas também incorporasse esta discussão. Fez adendo nesse item, destacando como resultado desta última, a conquista, há dois anos, do estudo de gênero como pauta obrigatória para o DCH e como o formato de disciplina no ingresso (2019).

4. A criação e formalização do Núcleo de Estudos de Gênero tem sido lugar importante por mobilizar as políticas institucionais, além de fortalecerem as linhas de pesquisa e extensão.

5. Consultas sobre as eleições da Reitoria a partir das quais, pode-se perceber, despontou a preocupação de gênero, sendo que as chapas candidatas tiveram que



se ocupar sobre o lugar da representatividade de suas ocupações. Como resultado, houve a primeira Reitora mulher eleita (2022).

6. Foi oferecida uma formação sobre gênero para os servidores sobre temas de diversidade sexual e de gênero (2022)

7. Política de combate ao assédio na instituição (2022)

8. Aprovação da política de diversidade sexual e de gênero (2022). Ela foi amplamente construída pela gestão, docentes, discentes e que abarca a oferta de acolhimento, ensino, pesquisa extensão, cultura e gestão. Essa política se volta ao monitoramento da violência, da representação, das formas de discriminação, e se preocupa também com a continuidade de formação e institucionalização dessa temática. Amparada pela constituição de uma comissão permanente de acompanhamento e de um regimento que orienta sua execução.

Por fim, a Profa. Bruna salientou que todos esses passos foram dados devido ao caldo político que existe e se mantém até hoje na instituição impulsionado pelos movimentos estudantis, grupos de mulheres do DCE, Coletivo Negro Vozes, ADUF ABC, PRISMA, Movimento Olga, Coletivo de Mães e pais entre os apoios institucionais como Sintufabc, Adufabc, DCE, Proap, CpaF e NEAB. Com eles contruiu-se, por exemplo, uma frente de luta das mulheres que realiza a cada mês de março uma semana de atividades e que também está atenta para demandas LGBTQIAP+.

III - Questões levantadas no debate com público (presencial e Youtube)

1. Houve a retomada sobre o apontamento da Profa. Eleonora, quanto à institucionalização da extensão. Alguns participantes destacaram particular importância de maior estreitamento da UFABC com a comunidade externa da cidade de São Bernardo. Foram elencados alguns exemplos de demandas para um diálogo mais próximo com os movimentos sociais atuantes no município (exemplos: apoio a estudantes pré-vestibulares periféricos, construção de observatórios de políticas públicas, representação e construção conjunta a partir de políticas públicas já instituídas na saúde e assistência social da cidade, participação nas ações de controle social como as conferências de mulheres, realização de projetos de extensão para formação popular da comunidade na difusão de conhecimento científico sobre políticas públicas e para maior incidência sobre aprimoramento do ensino e pesquisa universitários).



A mesa apontou a necessidade de a Universidade aderir às lutas sociais locais, no entanto, trouxe a ressalva da maneira como se deve balizar essa projeção. Tomando a devida cautela para que não se pratiquem lógicas unidirecionais que mantêm a universidade ainda acomodada com ofertas, por exemplo, apenas de capacitações, sem interação mais articulada. As participantes da mesa ressaltaram que o próprio debate sobre interseccionalidade que, na visão da mesa, está sendo mais teorizado que praticado, teve pontuação de como a extensão poderia confrontar essa tônica ao traçar possibilidades de avanço teórico-metodológicos nesse campo, principalmente a partir da avaliação do impacto das políticas públicas.

2. Foi trazido o questionamento de quanto a incorporação de referências de intelectuais negras por meio das disciplinas e projetos de pesquisa tem, de fato, desdobrado em rompimentos com o lugar hegemônico da branquitude dentro da universidade e do feminismo branco no corpo teórico hegemônico. Foram apontadas percepções do público sobre isso, desde uma projeção mais acentuada na pesquisa e ensino de intelectuais brancas e estadunidenses, até a manutenção de dinâmicas institucionais que, segundo o argumento dos(das) participantes presentes, teria revelado a uma postura considerada branda e condescende diante de uma atitude racista/ fascista de um estudante após as eleições. O referido argumento resultou de um caso recente, destacando o pronunciamento da Pró-reitora diante deste estudante que adentrou na UFABC com um moletom que tinha estampa com um símbolo nazista.

O aprofundamento pela mesa sinalizou a incorporação de conceitos, como exemplo, o da interseccionalidade, que ganhou projeção nas pesquisas e debates públicos, mas ainda não resultaram em mudanças concretas nas dinâmicas institucionais para dar resposta enquanto ação de fato interseccional, na mesma medida que há pulverização teórica crescente desse conceito. As mediadoras também ressaltaram a necessidade de aprofundar a temática da branquitude para dentro da avaliação da dinâmica institucional como ponto central para pensar os entraves desse distanciamento entre o discurso e a prática.

3. Houve ainda apontamentos do público presente, particularmente docentes e técnicos(as), sobre avaliações positivas acerca de algumas iniciativas disparadas pelos Núcleos de Gênero e do NEAB. Ressaltando o “Curso de especialização direitos humanos, diversidade e violência” com pedido de valorização e ampliação desse formato, como sugestão de que esteja contemplado esse tipo de oferta no PDI com temáticas análogas. Destacada a articulação com iniciativas de extensão, em particular as parcerias dos Núcleos



com o programa “Pós-graduar” (escola preparatória para pós-graduação com prioridade para pessoas às margens desse processo, como política de inclusão). Por fim, foi enfatizado também já ter existido maior articulação comunitária com os movimentos da sociedade civil no passado, da qual, inclusive a criação da UFABC é fruto, porém, talvez naquele tempo havia se assentado em outras bases de contexto histórico e social, sendo que seria pertinente no atual cenário a oferta do curso de formação técnico e docente que atinjam processos mais profundos e que se voltem para a psique da comunidade acadêmica envolvida. Tal recomendação parte da experiência de uma iniciativa em parceria com o Instituto AMMA Psique e Negritude como modelo de formação que poderia ser ampliado e mais reforçado para docentes. Como observado, na ocasião da oferta participaram mais técnicos(as) do que docentes. Tal iniciativa foi elencada pelo público e pelas mediadoras da mesa como a mais próxima de estimular debates profícuos sobre os limites da branquitude na dinâmica de poder institucional, fato também apontado por falas anteriores do público presente de constante cisão entre o discurso e a prática nas instituições que tenderiam à acomodação e ao fechamento.

4. Foi ainda questionado quais seriam os entraves que precisam ser superados para oferta de cursos de gênero e de relações raciais ao programa do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T). Ao que foi respondido pela mesa passar por uma questão normativa que de um lado, teria uma quantidade limitada de espaço e de créditos, de outro de um componente político das cadeiras desses departamentos e o quanto isso desafia a formação de espaços de diálogos como estratégias constantes – seja avançando nesses conteúdos, mesmo que a partir de incursões inicialmente pontuais, mas que sejam mantidas, bem como o contínuo questionamento e sugestão das bibliografias ou da tratativa do tema de forma interdisciplinar e transversal nas aulas. Houve apontamento de quanto a própria ampliação de representatividade dos estudantes pelas políticas afirmativas também mantém e sustentam legitimidade e adesão nessas mudanças.

IV - Como o debate da mesa pode contribuir para o novo PDI da UFABC?

- Ampliação/ constituição de Núcleos de Estudos de Gênero e Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em institucionalização mais estreita com a pró-reitoria e com o corpo administrativo, permitindo maior volume de ofertas para formação e aos técnicos(as), docentes e discentes.



- Maior articulação da UFABC com a comunidade externa da região do Grande ABC em particular com a cidade de São Bernardo do Campo, com a realização de mapeamento de demandas pertinentes à população que poderiam ser abrangidas por projetos de extensão universitária, em diálogo mais próximo com os movimentos sociais atuantes no município e buscando o aperfeiçoamento da perspectiva prática da interseccionalidade. Esta última iniciativa pode ser concebida a partir do apoio de recursos e conhecimentos acadêmicos no monitoramento e avaliação das políticas públicas e das iniciativas autônomas da sociedade civil desenvolvidas na cidade de São Bernardo do Campo.
- Ampliação das propostas formativas com o corpo docente e profissionais técnicos sobre temáticas de diversidade sexual, relações raciais e de gênero com vias a desconstrução das hierarquias institucionais. Houve o apontamento para que sejam usadas estratégias teórico-metodológicas e vivenciais que versem sobre o tema da branquitude (exemplo da formação promovida pelo AMMA psique e negritude)
- Instituir no PDI um plano de metas que garanta o processo de institucionalização da extensão de modo transversal ao ensino e pesquisa e em todos os cursos da graduação.

Considerações da Sociedade Civil (Promotoras Legais Populares de SBC) para as propostas da mesa 02 no novo PDI:

- **Institucionalização da Extensão**
Ênfase na adoção de metodologias participativas de pesquisa-ação, abertura para comunidade para participação nos grupos de pesquisa e garantia de assento da sociedade civil nas Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) para esses os novos espaços instituídos de extensão nas unidades acadêmicas.
- **Articulação com a comunidade externa**
Divulgação mais acessível para comunidade externa dos resultados dos processos avaliativos realizados pela Comissão Própria de Avaliação e Autoavaliação (CPA). Sugerimos que sejam feitas em páginas da internet, redes sociais, por meio de workshops, apresentações expositivas, painéis, dentre outras formas e em atendimento aos preceitos legais da Lei nº 10.861/04. Apontamento sobre alteração da resolução nº 214/2021 - CONSUNI para os membros da sociedade civil sejam oriundos de processo seletivo com a garantia de participação social e representação de coletivos organizados. Sugestão de que a escolha do representante se dê



por membros do Conselho Universitário por votação direta como acontece em outras Universidades Federais.

V - Identifique temas/palavras-chave da mesa que podem orientar a construção do novo PDI da UFABC

Relações de gênero; relações raciais; políticas institucionais; extensão; participação social; enfrentamento às desigualdades; interseccionalidade; branquitude.